

Pobreza ou Pobrezas? Uma Discussão Acerca das Múltiplas Abordagens da Pobreza*

Kenys Machado**

Sumário: 1. Introdução; 2. A pobreza enquanto problema social; 3. Pobreza: o problema do conceito; 4. Conclusão.

Palavras-chave: Pobreza. Dimensões da pobreza. Exclusão social.

Keywords: Poverty. Dimensions of poverty. Social exclusion.

Códigos JEL: I31; I32 e I38.

Desde que o tema da pobreza passou a ganhar ênfase, o que ocorreu por volta do século XVIII, o debate conceitual se limitava à questão de seu caráter absoluto ou relativo e das condições mínimas de sobrevivência. Já o destaque dado nos últimos anos à pobreza é acompanhado, nos mais diversos estudos, pela ampliação da sua concepção. Ela é cada vez mais vista como um fenômeno de múltiplas dimensões e complexo, com diferentes abordagens. Este trabalho discute como se chegou a esta idéia de pobreza multidimensional, dando ênfase a quatro abordagens principais – renda, necessidades básicas, capacidades e exclusão social.

Since the poverty subject became more important, around the Century XVIII, the conceptual debate was limited to the question of its absolute or relative characteristic and of the minimum conditions of survival. However, the prominence given in the last years to poverty is followed, in the most diverse studies, by the magnifying of its conception. It is seen each time more as a phenomenon of multiple dimensions and complex, with different approaches. This work argues about how this idea of multidimensional poverty was conceived, giving emphasis to four main approaches - income, basic necessities, capacities and social exclusion.

* Artigo recebido em ago. 2006 e aprovado em nov. 2006.

** Dados do autor.

1. Introdução

A discussão acerca da pobreza vem ganhando cada vez mais relevância no Brasil e no mundo, seja por meio da academia, de agências internacionais ou da mídia. O debate gira em torno de novas formas de mensuração, de políticas públicas focalizadas ou universais, da análise das causas, do impacto do mercado de trabalho, do perfil dos pobres, entre outros. Uma questão por trás deste debate refere-se ao conceito da pobreza como fenômeno de várias dimensões.

Nos últimos anos criou-se um consenso em relação ao caráter multidimensional da pobreza. A sua redução à renda, mesmo que para efeitos de mensuração, passou a ser criticada como inadequada para o entendimento de uma questão tão complexa. Novas formas de medida foram criadas, testadas ao redor do mundo e discutidas em encontros internacionais, como a Conferência Internacional “As Muitas Dimensões da Pobreza”, realizada em agosto de 2005 no Brasil e organizada pelo Centro Internacional de Pobreza (CIP). Entretanto, não há um consenso sobre quais seriam estas dimensões ou qual a melhor forma de medi-las. Isso ocorre devido, principalmente, às diversas abordagens no qual o conceito de pobreza está inserido.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é discutir como se chegou à idéia de pobreza multidimensional e quais são as principais abordagens existentes que levaram à utilização de uma concepção mais ampla da pobreza. Esta discussão pode parecer vazia, pois a pobreza é facilmente reconhecível no dia-a-dia. Contudo, no momento em que as alternativas para medi-la e combatê-la são expostas, as críticas aparecem de forma contundente e as diferenças (ou indiferenças) nas concepções tornam-se uma barreira à elaboração e à avaliação de políticas efetivas ao seu combate.

2. A pobreza enquanto problema social

A pobreza entendida enquanto destituição das condições mínimas de sobrevivência em uma dada época sempre existiu e não constituía, nas

palavras de Robert Castel (1998, p. 41), uma questão social a ponto de provocar uma ameaça de ruptura na coesão da sociedade. Em termos coletivos a pobreza era provocada por guerras, pragas ou fenômenos naturais que devastavam a sociedade por onde passavam. Em termos individuais era associada à incapacidade de trabalhar (por motivo de doença, acidente, idade) ou à vagabundagem. Os incapacitados eram assistidos de alguma forma pelas sociedades em que se encontravam. Na Europa medieval, a Igreja se encarregava de dar assistência àqueles cujas condições físicas não permitiam o próprio sustento. Já a vagabundagem era tolerada ou não a depender da tolerância do governante e na medida em que esta era residual (CASTEL, 1998).

Com o advento da Revolução Industrial na Inglaterra no século XVII, as possibilidades materiais de melhorar o bem estar da população de forma mais ampla começavam a se tornar factíveis. Os aumentos de produtividade promovidos pelas novas invenções, descobertas de novos materiais e a divisão do trabalho permitiram a visualização de uma era de abundância para todos. Contudo, como observara Adam Smith (1776), esta Era passava pelo entendimento das leis que regiam as trocas no mercado e de medidas que permitissem o seu pleno funcionamento sem interferência estatal ou corporativo (como das corporações de ofício).

No período em que Smith escrevia a pobreza enquanto questão social, esta já era um fenômeno visível, mas as conseqüências negativas da Revolução Industrial só foram sentidas de forma mais dramática no período posterior (POLANYI, 2000). Para Smith, nenhuma sociedade poderia se considerar rica se a maior parte da população não colhe os frutos desta riqueza (SMITH, 1996, p. 129). O que estava ocorrendo – e surpreendendo a todos – era a pauperização da massa, levando a pobreza em meio a abundância promovida pela Revolução Industrial (POLANYI, 2000, p. 107).

Para entender a pauperização que se seguiu a Revolução Industrial, Karl Polanyi afirma que é necessário compreender o novo sistema econômico que acabara de surgir. “Uma economia de mercado significa um sistema auto-regulável de mercados, em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além

dos preços de mercado” (2000, p. 62). Para o autor, a instituição do mercado existiu desde tempos anteriores à antiguidade, mas possuía um papel residual, diferente do que coloca os economistas contemporâneos de Smith e os modernos, influenciados pela caracterização de Smith de que a tendência para a permuta é natural ao homem, nascendo o conceito de homem econômico (2000, p. 63).

De acordo com Polanyi, quando o mercado controla o sistema econômico, “em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (2000, p. 77). O mercantilismo nunca “ameaçou” o trabalho e a terra; na Inglaterra, o *Statute of Artificers* (1563) e a *Poor Law* (1601) “protegeram” o trabalho, enquanto a política anticercamento dos Tudors e dos primeiros Stuarts fez algo semelhante com a terra (2000, p. 91). Os mercados de trabalho, terra e dinheiro são fundamentais para uma economia de mercado, mas nenhuma sociedade conseguiria suportar seus efeitos sob o homem e sob os negócios sem alguma proteção. O mercado de trabalho foi o último a ser organizado, mas isso só aconteceu quando se observou que a não existência dele em uma economia de mercado era pior que a sua introdução. A *Speenhamland Law* na Inglaterra foi uma tentativa de impedir a criação de um mercado de trabalho, o que se mostrou, segundo o autor, um fracasso (2000).

Inicialmente, recebiam assistência social apenas os pobres que não conseguiam trabalho, seja ele qual fosse. Com a *Speenhamland Law*, mesmo os trabalhadores empregados recebiam assistência, via abono, desde que seu salário não atingisse uma renda familiar estabelecida. O fornecimento do auxílio ficava a cargo das paróquias e era financiado por um imposto para os pobres.

O mercado de trabalho competitivo estabeleceu-se na Inglaterra somente após 1834, com a *Poor Law Reform*, e assim, estabeleceu-se o capitalismo industrial como sistema social, tendo a *Speenhamland* teve um papel fundamental nisso (2000, p. 106). O *Statute of Artificers* se aplicava aos empregados, enquanto a *Poor Law* aos desempregados, incapazes, velhos e crianças (2000, p. 109). Estes dois juntos, segundo Polanyi,

“formavam o que pode ser chamado de Código de Trabalho” (2000, p. 110). Naquele período, pobre eram todas as pessoas que não possuíam renda suficiente para viver sem trabalhar, ou seja, praticamente todo o povo comum. O que a *Poor Law* de 1601 fez foi determinar que todos os pobres que tivessem condições de trabalhar deveriam trabalhar, devendo a paróquia, de alguma forma, providenciar o trabalho (2000).

A instituição do livre acesso ao trabalho libertou o trabalhador da tutela das corporações de ofício e das repressões do Estado Absolutista. Contudo, já na condição de assalariado, o custo da liberdade para os trabalhadores foi outra servidão, a da necessidade. A liberdade sem proteção levou a uma “vulnerabilidade de massa, engendrada pelo fato de que o trabalho não pode ser regulado sobre o modelo do mercado” (CASTEL, 1998, p. 44).

O aumento do pauperismo observado no final do século XVIII levou ao aparecimento de um grande número de causas para o problema. Segundo Polanyi, a verdadeira causa estava no aumento do desemprego invisível (2000, p. 114). O aumento do comércio aumentava o emprego, mas as flutuações deste e a nova divisão do trabalho aumentavam mais rapidamente o desemprego. A *Poor Law* só foi satisfatória entre 1590 e 1640, quando ela era nacional e diferenciada (2000, p. 118), o que foi mudado com o *Act of Settlement*. Ainda de acordo com o autor, a *Speenhamland* foi benéfica, principalmente, para os empregadores, pois subsidiava os baixos salários pagos por estes com fundos públicos até o suficiente para a subsistência (2000, p. 121). Ela não permitiu que os trabalhadores se constituíssem em classe econômica para lutarem contra a que ocorria, mas transformou aqueles que não trabalhavam em indigentes (2000, p. 123). “A abolição da *Speenhamland* representou o nascimento real da moderna classe trabalhadora” e da economia de mercado. Com o mercado, o trabalho teve que se transformar em mercadoria. A pobreza foi se expandido em meio ao progresso, fato que passou a chamar a atenção dos intelectuais da época para o seu significado:

Quando se apreendeu o significado da pobreza, estava preparado o cenário para o século XIX e o divisor de águas pode ser colocado em torno de 1780. Na grande obra de Smith, a assistência social ao pobre ainda não era um problema; somente uma década mais tarde ele foi levantado, já como tema amplo, no *Dissertation on the Poor Laws* de Townsend e, a partir daí, não cessou de ocupar a atenção dos homens durante um século e meio (2000, p. 137).

William Townsend antecipa as colocações de Thomas R. Malthus acerca da fome e pobreza como elementos naturais no ciclo da vida na terra.

A fome doma os animais mais ferozes, ensina a decência e a civilidade, a obediência e a sujeição ao mais perversos. De uma forma geral, só a fome pode incentivar e incitar (os pobres) ao trabalho; mas as nossas leis já estabeleceram que eles não devem passar fome (TOWNSEND, W., ANO apud POLANYI, 2000, p. 140).

Essa motivação natural seria mais efetiva que a coerção e a força.

Hobbes argumentara sobre a necessidade de um déspota porque os homens eram *como* animais; Townsend insistia que eles eram *verdadeiramente* animais e que, precisamente por essa razão, só era preciso um mínimo de governo (POLANYI, 2000, p. 141).

Das palavras duras de Townsend acerca da pobreza e da fome seguiram-se as de Malthus, que considerava esses dois fenômenos uma interferência da natureza no ciclo da vida humana, uma forma dela se defender ante a expansão da raça humana. Como os homens, de acordo com sua lei da população, cresciam a taxas geométricas e os alimentos a taxa aritmética, a fome e a pobreza, assim como as pragas e os desastres naturais eram as armas de defesa da natureza contra a humanidade (MALTHUS, 1996). A pobreza era algo inevitável e qualquer tentativa de conter este ciclo somente criaria mais problemas em relação à oferta de alimentos; por isso a *Poor Law* deveria ser extinta.

David Ricardo compartilhava das críticas de Malthus e ressaltava a interferência das Leis dos Pobres na formação dos salários. Sem a liberdade de movimentação e com o subsídio aos trabalhadores, haveria interferência

na procura e oferta de trabalho e na canalização dos recursos da economia. As Leis tinham que ser restringidas até sua completa abolição, caso contrário iriam comprometer o desenvolvimento da economia inglesa (RICARDO, 1996). Tanto em Malthus como em Ricardo, as leis do mercado não poderiam de forma alguma sofrer interferência, muito menos a favor dos pobres; o crescimento econômico estava atrelado a estas leis e não havia nada que os homens pudessem fazer.

Jeremy Bentham também seguiu essa ideologia ao pintar em tintas utilitaristas a inevitabilidade da pobreza.

O cálculo da dor e do prazer exigia que não fosse infligida qualquer dor desnecessária. Se a fome cumprisse essa finalidade, não se exigia outra penalidade. À questão ‘o que pode fazer a lei em relação à subsistência?’ Bentham respondeu, ‘diretamente nada’ (POLANYI, 2000, p. 146).

A economia deixou em poucas décadas o otimismo de Smith para, com Malthus, Ricardo e Bentham, ser uma ciência pessimista em relação às possibilidades do homem frente às leis naturais.

Para Karl Marx a pobreza também era inevitável no contexto da sociedade capitalista. As leis de acumulação deste sistema tornavam inevitáveis a precarização da classe trabalhadora e a concentração de riqueza nas mãos de poucos. Os desempregados formariam o exército industrial de reserva que serviriam para pressionar para baixo os níveis de salário, colocando-os ao nível da subsistência. As medidas que propiciassem a melhoria de vida da população só seriam paliativas frente à situação geral de exploração do capital sobre o trabalho. A solução não seria a inércia frente às “leis naturais” do mercado, mas a substituição do sistema como um todo.

A pauperização destacada por Marx e Polanyi foi engendrada, segundo Castel, pelo processo de industrialização deixado por si mesmo e pelo livre acesso ao trabalho. A liberdade de trabalho mostrou-se inútil quando o trabalho não existe e insuficiente quando sua característica é a exploração. Dessa forma, “a questão social é reformulada a partir de novos núcleos de instabilidade que são como a sombra do desenvolvimento

econômico. Entregue a si mesmo, o processo de industrialização engendra um monstro – o pauperismo” (CASTEL, 1998, p. 277).

3. Pobreza: o problema do conceito

3.1 A pobreza no século XX

Acompanhando a dinâmica da questão social, o conceito de pobreza vai se transformando, do século XIX para o século XX e XXI, de mera privação das condições de subsistência a tema central da própria questão social. Os trabalhos pioneiros de Rowntree e Booth, no final do século XIX e início do século XX, definiam a pobreza como insuficiência de renda e através de uma perspectiva absoluta que considerava a simples subsistência do indivíduo (ROCHA, 2003; LADERCHI ET AL, 2003).

Contudo, já no final do século XVII Smith destacava que as condições mínimas para se ter uma vida digna iam além da simples subsistência. Deveria, também, levar em conta as condições de vida da sociedade na qual o indivíduo está inserido. As condições mínimas deveriam incluir não só as necessidades biológicas, mas também as necessidades sociais.

Essa temática foi retomada por Beveridge em seu famoso relatório, no qual destacou a importância do Estado garantir o pleno emprego e não permitir que os laços sociais fossem rompidos com a piora das condições de vida no pós-guerra (CODES, 2005). Neste período, uma família era pobre se “sua renda menos o aluguel se situasse abaixo do patamar de renda que definia a linha de pobreza. Apesar dessa permissão para abranger renda para roupas, combustível e alguns outros itens, seu valor era muito baixo” fazendo com que quase toda renda fosse gasta, na prática, com comida (TOWNSEND, P., 1981, apud CODES, 2000, p. 21).

O destaque de Smith à natureza subjetiva das condições sociais mínimas e a posição de Beveridge em relação ao papel do Estado ao assegurar o pleno emprego se contrapõem ao conceito de pobreza absoluta que foi predominante até meados do século passado e ainda é utilizado na maioria dos países em desenvolvimento. De acordo com essa

abordagem, a pobreza é entendida como a privação de uma série de requisitos mínimos para a sobrevivência que independem das condições sociais ao seu redor. A seleção desses requisitos vai depender da definição de pobreza utilizada; podendo ela incluir apenas a ingestão de nutrientes necessários à sobrevivência biológica ao atendimento de certas necessárias consideradas básicas.

A pobreza relativa é estabelecida sempre em comparação às condições sociais vigentes. Ela não se refere apenas à subsistência, mas vai depender das condições sociais na qual o indivíduo está inserido. Esta concepção é mais observada nas definições que consideram a pobreza um fenômeno mais amplo, em que a privação não é só física ou biológica, mas de acesso a certas necessidades sociais objetivas ou subjetivas de acordo com as condições de desenvolvimento de dada sociedade. Ela é normalmente utilizada pelos países desenvolvidos, principalmente na Europa, para o estabelecimento do número de pobres, na qual a linha de pobreza é construída em comparação à riqueza da sociedade. Dessa forma, a desigualdade não é tomada apenas como uma causa da pobreza, mas faz parte da própria concepção do termo, levando-se à utilização pelos governos e na academia de outro termo, a exclusão social.

Foi a expansão da exclusão social na Europa e a da pobreza absoluta nos países pobres que chamaram a atenção dos organismos internacionais e da academia na segunda metade do século passado para o fato do crescimento econômico não estar sendo suficiente para a redução da pobreza. A crise do Estado de Bem Estar, base das proteções sociais na Europa que permitiam a coesão social da sociedade por meio das políticas que garantiam o pleno emprego e benefícios generosos aos incapacitados ou aqueles que não conseguiam emprego (CASTEL, 1998), foi se mostrando cada vez mais problemática em termos de financiamento e manutenção das taxas de crescimento que davam suporte a tais políticas. Em pleno final do século XX, a pobreza deixa de ser uma questão residual nos países desenvolvidos para entrar novamente na agenda política governamental.

Nos países em desenvolvimento, a questão da pobreza nunca deixou de ser um problema grave, mas não era o foco das discussões políticas e

acadêmicas. O foco era a promoção do crescimento econômico que levaria, dessa forma, à melhoria das condições de vida de toda a população. As altas taxas de crescimento observadas na América Latina nos anos 60 e 70 e a manutenção de altos níveis de pobreza abalaram aquela tese e colocaram a desigualdade no centro das atenções. Contudo, a crise dos anos 80 desviou a atenção para políticas que voltassem a promover o crescimento, visto agora não como a solução para o fim da pobreza, mas como pré-requisito para isto. Políticas voltadas para a questão da desigualdade ganharam espaço, ao mesmo tempo em que as políticas públicas como um todo, principalmente nos anos 90, foram perdendo lugar frente ao avanço neoliberal. No início do século XXI (embora já ocorrendo desde a década de 80) a pobreza vira o foco das questões internacionais, mas a variedade dos interesses envolvida torna o problema cada vez mais complexo.

3.2 A definição importa?

Com o aumento da importância do fenômeno da pobreza, ampliou-se o debate acerca de seu significado. O primeiro grande encontro internacional a expandir o conceito de pobreza foi o *Copenhagen Social Summit*, em 1995. Em 2000, o Banco Mundial incluiu na sua definição de pobreza a exposição à vulnerabilidade, ao risco e à falta de “voz” na sociedade (HULME ET AL, 2001). Para R. Laderchi et al, a discussão atual é confusa: concorda-se com a multidimensionalidade da pobreza, mas utiliza-se predominantemente a abordagem monetária para a sua descrição e análise (2003, p. 2).

A definição é apenas o primeiro passo para a adoção de políticas que visem o seu combate. A utilização de definições amplas seguidas de formas de mensuração e políticas apenas baseadas na renda é um retrocesso frente ao avanço alcançado nos últimos anos em termos de entendimento da pobreza. As diferentes abordagens expostas nas acepções acima vão levar a diferentes formas de medição e refletem diferentes percepções da realidade (LADERCHI, 2003). Laderchi et al enfatizam que definições claras da pobreza são fundamentais para a elaboração de políticas de desenvolvimento, e definições diferentes vão levar a opções políticas distintas.

Apesar da importância em ter uma definição clara da pobreza, não há um consenso em relação a ela. As divergências entre as concepções de pobreza não se devem apenas ao seu caráter relativo ou não. Segundo P. Townsend, as divergências quanto à interpretação da pobreza são de longa data (CODES, 2005, p. 17). Spicker (ANO, apud GUIMARÃES, 2002) aponta 11 maneiras de analisar a pobreza: “necessidade, padrão de vida, insuficiência de recursos, carência de segurança básica, falta de titularidades, privação múltipla, exclusão, desigualdade, classe, dependência e padecimento inaceitável” (p. 98). Já Codes, em sua tese de doutorado, destaca quatro principais concepções de pobreza: subsistência, necessidades básicas, privação relativa e pobreza como privação de capacidades (2005, p. 21). Laderchi et al (2005) sugerem quatro abordagens principais: monetária, privação de capacidades, exclusão social e participação. Utilizarei a seguir quatro abordagens que tentam cobrir as subdivisões expostas acima. Contudo, antes de passar para as abordagens, é necessário destacar a diferença entre pobreza e fome.

A característica que define a fome é a ingestão insuficiente de alimentos (ou nutrientes) necessários para a subsistência. Os indigentes ou miseráveis seriam, a partir desta definição, aqueles que não conseguem este mínimo para o seu sustento nutricional. Embora todos aqueles que passam fome sejam considerados pobres, nem todos os pobres passam fome, pois a insuficiência de nutrientes é *um* aspecto da pobreza dentre outros que serão discutidos a seguir. O que diferencia este componente dos demais é seu caráter vital – caso a situação de fome perdure, mesmo por pouco tempo, pode levar o indivíduo à morte ou ao mau desenvolvimento físico e psicológico. Apesar da fome estar associada à insuficiência de alimentos (nutrientes), a sua causa não está necessariamente relacionada à falta de alimentos em uma determinada região ou país. Ao sair de um conceito mais simples, como o de fome para o da pobreza, essa relação de causa e efeito torna-se mais complexa e dependente da amplitude da conceituação utilizada.

3.3 Quatro abordagens

3.3.1 Renda

Esta abordagem teve início com os trabalhos de Booth no século XIX em Londres e Rowntree no começo do século XX em York. Booth separou oito classes sociais por meio da renda, sendo quatro caracterizadas como pobre. Rowntree utilizou uma metodologia diferente, definindo duas categorias de pobreza. A primeira (*primary poverty*) era estimada de forma monetária por meio de uma linha de pobreza suficiente para adquirir nutrientes (alimento), roupa e pagar o aluguel. A segunda (*secondary poverty*) era acrescida pelos entrevistadores como aqueles lares cujas condições eram visivelmente precárias. Pela pesquisa, 30% da população de York vivia na pobreza (LADERCHI ET AL, 2003, p. 8). Segundo Laderchi et al, estes estudos tinham algumas semelhanças ainda utilizadas contemporaneamente: adotavam uma perspectiva objetiva da mensuração da pobreza. A pesquisa era feita por indivíduos externos ao fenômeno e a abordagem era individualista (LADERCHI, 2003).

Atualmente, a definição de pobreza como insuficiência de renda é a mais utilizada e está diretamente relacionada com a possibilidade de mensuração daquela ao se converter em termos monetários certas necessidades consideradas mínimas. Neste caso, a renda seria uma *proxy* daquelas, permitindo a quantificação do número de pobres e a comparação intertemporal. Para isso, é calculada uma linha de indigência baseada na quantidade mínima de calorias necessárias para a sobrevivência, enquanto a linha de pobreza agrega a esse cálculo o suficiente para a satisfação de certas necessidades. Assim, aqueles que estão abaixo da linha de indigência não teriam recursos suficientes para atender suas necessidades nutricionais e os que estão abaixo da linha de pobreza são considerados pobres, podendo ou não estar na situação de fome a depender da sua distribuição abaixo desta linha (RAVALLION, 1996; SALAMA, VALIER, 1997; HOFFMANN, 1998; ROCHA, 2003; WORLD BANK, 2002; LADERCHI ET AL, 2003).

A possibilidade de cálculo e a sua utilização cotidianamente não significam que seja fácil a mensuração da pobreza por meio da renda. As

diferentes metodologias de cálculo e a própria definição de um mínimo torna arbitrária a sua determinação e proporciona uma grande quantidade de estimativas, mesmo tendo-se como base uma mesma população em um determinado período de tempo.

Rocha destaca os vários problemas da variável renda como medida da pobreza (2003, p. 17 e 18), mas afirma que o principal argumento teórico da sua vasta utilização é a estreita correlação entre a renda e os indicadores de bem-estar físico: “[...] associar pobreza à desnutrição consiste ainda hoje, infelizmente, numa abordagem operacional [...]” (p. 18), sendo esta mais adequada para o caso da pobreza extrema (p. 19).

Laderchi et al destacam que o apelo desta abordagem para os economistas se refere à sua adequação ao postulado da microeconomia de maximização da utilidade pelos consumidores. A mensuração desta utilidade seria uma *proxy* do bem-estar, e uma queda a determinado valor mínimo de recursos caracterizaria a pobreza (2003, p. 7). Segundo os autores, a validade desta abordagem depende dos seguintes aspectos:

[...] se a utilidade é uma adequada definição de bem-estar; se o gasto monetário é uma medida satisfatória da utilidade; se uma queda na utilidade encerra tudo o que entendemos por pobreza; e a justificativa para uma determinada linha de pobreza (LADERCHI ET AL, 2003, p. 7).¹

Além disso, os autores afirmam que o uso dessa abordagem é justificado por dois argumentos distintos. Um se refere à existência de uma certa renda mínima a todos os indivíduos, que os autores dizem ter menos seguidores; outro refere-se à adequação deste método como *proxy* do bem-estar e da pobreza e sua possibilidade de cálculo por meio dos dados disponíveis (LADERCHI ET AL, 2003, p. 7). Este argumento é contestado por vários estudos, dentre eles os de Ravallion (1996), Sen (2000 e 2001), Laderchi et al (2003); Costa (2002a e 2002b), Szeles (2004) e Hulme et al (2001).

¹ Tradução nossa.

Laderchi et al (2003) também destacam que a abordagem monetária vem se beneficiando por avanços na sua metodologia, mas ainda assim ela necessita de uma série de julgamentos de valor. Lembram que, enquanto os postulados metodológicos são da teoria econômica, a pobreza não é uma categoria econômica (2003, p. 13), e possui interações sociais não consideradas nestes estudos.

3.3.2 Necessidades Básicas

A definição de pobreza com base na privação de necessidades passou a ser utilizada pelos organismos internacionais a partir da década de 70 e tem como principal vantagem a retirada da renda como elemento central para uma abordagem mais multidimensional da pobreza (ROCHA, 2003). Nela, é pobre aquele que não tem acesso a certas necessidades básicas, como habitação, esgotamento sanitário, água encanada e educação. Apesar de esta idéia estar presente no cálculo da linha de pobreza, a diferença aqui é a utilização de indicadores respectivos às necessidades abordadas, como escolaridade e analfabetismo para educação, e tipo de residência para habitação.

De acordo com Rocha, são três as principais diferenças entre esta abordagem e a anterior. Primeiro, ela tira a renda do centro de análise e coloca outros indicadores mais condizentes com a qualidade de vida das pessoas; segundo, pelo fato desta abordagem medir objetivos para toda a sociedade em vez de ficar limitado a subgrupos; terceiro, o destaque dado a multidimensionalidade da pobreza e suas diferentes inter-relações (ROCHA, 2003, p. 20).

Uma primeira questão que se coloca em relação a esta abordagem é quanto aos indicadores que devem ser utilizados. Alimentação correta, boas condições sanitárias e educação sempre estão entre os indicadores selecionados (ROCHA, 2003). Outros indicadores, como acesso a bens públicos, coleta de lixo e transporte são utilizados de acordo com amplitude e do objeto de estudo e da conveniência do pesquisador.

3.3.3 Capacidades

Segundo Amartya Sen, pioneiro na abordagem da privação de capacidades, a pobreza pode ser definida como privação da capacidade de realizar *functionings*,² sendo que estes “podem variar dos elementares, como a ser adequadamente nutrido e livre de doenças, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio” (SEN, 2000, p. 95). Sen salienta que a importância desta abordagem é a relevância dada à *capacidade* de realizar os *functionings*, enquanto a abordagem baseada na privação de necessidades básicas ressalta apenas os *functionings realizados* (SEN, 2000, p. 90). Veja o trecho:

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar este fim (SEN, 2000, p. 112).

Dessa forma, em vez de ser visto como a maximização de utilidades passíveis de análise por meio da renda, o desenvolvimento deve ser visto como ampliação das capacidades humanas (SEN, 2000; LADSERCHI ET AL, 2003). Para o utilitarismo, injustiça se refere à perda agregada de utilidade em relação a uma situação que poderia ser obtida, deixando de lado, dessa forma, questões como liberdades e direitos (SEN, 2000, p. 78 e 81). Já os argumentos favoráveis à abordagem da privação de capacidades são, de acordo com Sen, os seguintes:

1. A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente); 2. existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de

² Utilizarei o termo *functionings* por não haver uma palavra correspondente em português, apesar de algumas traduções utilizarem *funcionamentos* como termo correspondente.

renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades); 3. A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional) (SEN, 2000, p. 100).

Para aquele autor, caso considere a pobreza no espaço da renda, o mais adequado seria defini-la como inadequação de rendas em vez de baixa renda, pois a capacidade em realizar os funcionamentos varia de acordo com as características pessoais e as circunstâncias (SEN, 2001, p. 173-75). Uma determinada renda pode ser suficiente para um indivíduo não ser pobre, enquanto para outro a mesma pode não ser suficiente, seja devido à doença, região de moradia etc.

Nesta abordagem, a liberdade assume papel fundamental devido à sua importância avaliatória – a expansão das liberdades é, por si só, algo relevante para o indivíduo – e por razões de eficácia – ela é condição fundamental para o desenvolvimento (SEN, 2001, p. 18). Além disso, o autor distingue cinco tipos de liberdades que auxiliam a promover as “capacidades” das pessoas: as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a chamada segurança protetora (SEN, 2001, p. 25 e 55). Muitas dessas liberdades só podem ser exercidas na presença do mercado, fato que leva Sen a realçar a importância deste nesta abordagem. Isso não significa que o autor despreze os malefícios que o mercado pode exercer sobre a sociedade, principalmente aos mais pobres, se deixado por si só. Contudo, para a expansão das liberdades é necessária a existência do livre mercado, que permita o exercício das liberdades individuais podem ser exercidas. O que não pode ocorrer, mas acontece atualmente, é o mercado ou a utilidade serem um fim em si mesmo, deixando a liberdade em segundo plano (SEN, 2001, p. 43).

Uma primeira dificuldade nesta abordagem é definir quais são as capacidades básicas. Sen somente sugere alguns funcionamentos que deveriam ser prioritários, como estar bem nutrido e livre de doenças (LADERCHI ET AL, 2003, p. 17). Não há consenso quanto a quais seriam estas capacidades, que poderiam variar entre as sociedades e entre os indivíduos. Estes

problemas de identificação são semelhantes aos encontrados para as necessidades básicas; no momento da mensuração, acaba-se por medir os funcionamentos em vez das capacidades, não havendo diferença entre a mensuração das necessidades básicas, caso não se observe os pontos centrais desta abordagem, que é a liberdade (LADERCHI ET AL, 2003, p. 18).

O estabelecimento de uma linha de pobreza também é problemático neste caso, pois ou se identifica cada capacidade separadamente ou se estabelece um indicador que agregue as capacidades. O IDH e o IPH³ da UNDP partiram deste ponto, mas a própria agregação das variáveis e a escolha destas é um problema e não deixa de ser arbitrária (LADERCHI ET, 2003). Segundo Laderchi et al, a agregação é politicamente desejável, mas apresenta também os problemas da multidimensionalidade da abordagem; por exemplo, seria pobre aquele que tivesse uma falha em uma capacidade, em algumas ou em todas? (p. 19).

Laderchi et al ainda afirmam que esta abordagem é uma contribuição importantíssima à análise da pobreza, tanto por trazer novos elementos na concepção da pobreza, do bem-estar, no estudo das causas e nas opções de política pública. Contudo, os autores apontam alguns aspectos em comum entre esta abordagem e a monetária: (1) ambas partem do indivíduo, deixando de lado importantes elementos da sociedade e da família que contribuem para a determinação da renda ou das capacidades; (2) ambas adotam uma perspectiva externa; (3) “nenhuma das duas abordagens captura as causas ou dinâmicas fundamentais da pobreza”;⁴ (4) e a análise é fundamentalmente em um ponto do tempo, não se envolvendo, na maioria dos casos, na causa do fenômeno (2003, p. 20).

3.3.4 Exclusão social

Segundo alguns autores, a pobreza é entendida modernamente como exclusão social, sendo esta uma definição mais ampla que as concepções anteriormente citadas. Essa ampliação refere-se à colocação no centro

³ Que será explicado mais adiante.

⁴ Tradução nossa.

das discussões de elementos usualmente debatidos no âmbito da sociologia, como a perda de identidade e status social, a dificuldade de socialização, ausência de autonomia, entre outros. Enquanto concepção, a exclusão social foi desenvolvida nos países desenvolvidos para definir a crescente marginalização e degradação de parcela da população nos países ricos (LADERCHI ET AL, 2003, p. 20). A União Européia define exclusão social da seguinte forma: “processo através do qual indivíduos ou grupos estão totalmente ou parcialmente excluídos da completa participação na sociedade na qual eles vivem” (2003, p. 20).⁵

A partir da utilização ou ênfase nos elementos destacados acima, Guy Bajoit distingue quatro leituras sobre o pobre de acordo com aspectos utilizados pelos sociólogos. As leituras são as seguintes:

[...] 1. “O pobre como marginal: ele é pobre porque está mal socializado no âmbito de uma sub-cultura” e está estigmatizado. Aponta autores como O. Lewis, R. Hoggart e G. Simmel; 2. “O pobre como explorado: ele é pobre porque se encontra na situação de explorado pela classe dominante, porque é alienado”. Destaca J. Labbens e P. Vercauteren. 3. “O pobre como dependente: ele é pobre porque lhe falta autonomia, e não ultrapassa essa situação porque não tem capital social suficiente”. Enfatiza Klinksberg, Tomassini e Putnam. 4. “O pobre como desfilhado: ele é pobre porque está isolado, atomizado, desencorajado, e não consegue sair desta situação porque não participa de formas de solidariedade organizada”. Os autores destacados são R. Castel e S. Paugam (BAJOIT, 2004, p. 50).

O autor afirma que todas as leituras apontadas são boas, pois o pobre é tudo isso; o problema seria a focalização em apenas uma,⁶ pois se teria uma visão limitada da realidade. Este quadro, descrito por Bajoit, aponta várias faces para a pobreza, mas todas elas com um olhar para além da renda e do simples atendimento às necessidades básicas. Essa tentativa de ampliar o debate é claramente vista por alguns autores citados acima, como Paugam.

⁵ Tradução nossa.

⁶ Bajoit é mais crítico se a focalização se referir apenas à renda, pois isto seria tautológico, já que não acrescenta nada sobre a condição de pobre.

Segundo Serge Paugam (2003), as tentativas de se conceituar a pobreza de forma funcional acabam sendo incompletas ou ambíguas. No momento em que se toma a pobreza como privação de certas necessidades, deve-se definir quais são as necessidades consideradas básicas. Contudo, essas necessidades variam entre as sociedades e os momentos históricos. Como, então, medir o limite entre o pobre e os não-pobres na sociedade moderna? Mesmo que se defina a pobreza como baixa renda, não se leva em conta as outras dimensões não materiais e o caráter relativo do fenômeno. Para o autor, a pobreza é definida de forma comparativa com o nível de riqueza da sociedade e entendida na maneira na qual a sociedade reconhece esse status no indivíduo:

Nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência (PAUGAM, 2003, p. 45).

Nas sociedades onde o sucesso é a meta maior, a pobreza significa fracasso e leva à degradação social (PAUGAM, 2003, p. 46). Já o conceito de exclusão está associado a três elementos: à idéia de *trajetória*, na qual há um processo que permite entender a trajetória de confronto entre o indivíduo e o ambiente; à de *identidade* positiva ou identidade negativa, em que se pode perceber a construção e a crise da identidade; e à *territorialidade*, na qual se encontram espacialmente os processos que envolvem a exclusão (VERAS, 2003, p. 15).

Em relação à reprodução dos comportamentos característicos da condição de pobreza, Paugam destaca a teoria da “cultura da pobreza” e a teoria “estrutural”, sendo que esta última buscaria analisar as causas da pobreza (2003, p. 50) A primeira teoria parte da existência de uma cultura dos pobres baseada na autodefesa e racionalização que os permitem sobreviverem (causa interna).⁷ A segunda nega que os pobres afastam-se das instituições devido à formação de uma cultura própria que leva ao

⁷ Seria o que Bajoit chamou mais acima de “o pobre como marginal”.

desinteresse, mas devido às condições adversas na sociedade que não permitem a sua participação e os leva a exclusão (Causas Externas, VERAS, 2003, p. 52).

Uma crítica de Paugam a estas teorias é que elas designam os pobres e, a partir daí, analisam o fracasso ou sucesso em uma dada sociedade e época; elas não analisam o processo que leva à “construção social da pobreza” (2003, p. 53), legitimando as definições já existentes. Segundo o autor, não é possível, nem sob estas ou outras teorias, uma abordagem teórica global da pobreza (PAUGAM, 2003, p. 54). Veja o trecho:

O que é sociologicamente pertinente não é a pobreza em si, mas as formas institucionais que esse fenômeno assume numa dada sociedade ou num determinado meio. Em outras palavras, pode ser heurísticamente fecundo estudar a ‘pobreza’ como condição social reconhecida e os ‘pobres’ como um conjunto de pessoas cujo status social é definido por instituições especializadas de ação social que assim os designam (PAUGAM, 2003, p. 55).

A abordagem da pobreza como exclusão social possui uma dificuldade inicial encontrada nas abordagens das necessidades básicas e das capacidades: quais são as dimensões que devem ser analisadas. Ela vai além destas duas ao incluir os elementos destacados acima, como a identidade e o status social, mas torna mais difícil ainda a possibilidade de mensuração e análise. Não há consenso entre quais seriam estas dimensões, levando a diversas definições de exclusão social entre os diferentes autores (LADERCHI ET AL, 2003). Apesar disto, o trabalho (a “condição salarial” de Castel) transforma-se em aspecto extremamente relevante nesta abordagem, pois nas sociedades modernas o emprego, tanto como elemento formador da identidade e do status social, como por ser para a maioria das pessoas a única forma de conseguir recursos para se sustentar, é elemento central na construção do indivíduo na sociedade.

Laderchi et al (2003) ressaltam que o foco desta abordagem está na dinâmica e no processo de privação e na perspectiva social (grupo). Assim, ela propicia a formulação de políticas antidiscriminatórias e contra a vulnerabilidade. Além disso, ao contrário das outras (nas quais não há responsáveis pela privação), ela aponta a figura do excludente, não só do

excluído, e coloca o foco na distribuição dos recursos, pois a exclusão não pode ser eliminada apenas com o crescimento econômico (2003, p. 23).

3.4 Pobreza multidimensional

A descrição feita no subitem anterior teve como seqüência a ampliação do conceito de pobreza de uma perspectiva unidimensional – a renda – para abordagens cada vez mais multidimensionais, pois incluíam, sob diferentes perspectivas, diferentes dimensões. Contudo, ao analisar a pobreza desta forma, coloca-se a seguinte questão: até onde vai a pobreza? Mesmo que ela seja relativa, quem vai definir qual é essa relatividade?

Uma alternativa criada para superar este problema sem perder o caráter multidimensional da pobreza é o deslocamento do foco para o próprio indivíduo que sofre a privação. Esta estratégia foi utilizada pelo Banco Mundial no estudo *Voices of the Poor*, no qual a instituição ouviu a opinião dos pobres em diversos países do mundo, inclusive no Brasil. As discussões tinham como eixo os seguintes tópicos (WORLD BANK, 2004): “What is a good life and a bad life? What are the poor people priorities? What is the nature of poor people’s interactions with state, market and civil society institutions? How have gender and social relations changed over time?”⁸

A abordagem que desloca o foco do estudo da pobreza de externa para interna é conhecida como *participatory approach* e tem como pioneiro R. Chambers (LADERCHI ET AL, 2003; HULME ET AL, 2004). Ela ganhou destaque a partir da utilização pelo Banco Mundial como ferramenta complementar às suas análises, observado nos *Poverty Reduction Strategy Papers* (PRSP), e no estudo *Voices of the Poor* citado acima (LADERCHI ET AL, 2003, p. 23). Cornwall (ANO, apud LADERCHI ET AL, 2003, p. 24) cita três tipos de *participatory approach* (PA): “1. those associated with self-determination and empowerment; 2. those associated with increasing the

⁸ O que é uma vida boa e uma vida má? Quais são as prioridades dos pobres? Qual é a natureza e a qualidade das interações entre os pobres e o mercado, o Estado e as instituições da sociedade civil? Como tem mudado as relações de gênero e sociais ao longo do tempo?

efficiency of programmes; 3. those emphasising mutual learning”⁹ (LADERCHI ET AL, 2003, p. 24). Laderchi et al afirmam que o Banco Mundial utiliza o PA de forma instrumental, ou seja, o pobre coopera nos programas em vez da 1º ou 2º metodologia de PA destacada acima. O *Voices of the poor* segue a lógica da 3º, mas não a do 1º (LADERCHI ET , 2003, p. 24).

Além das quatro definições e da PA existem diversas perspectivas de se analisar a pobreza de forma multidimensional ao se enfatizar uma ou algumas dimensões na qual se deseja ressaltar. Pedro Demo (2003), por exemplo, enfatiza o caráter político da pobreza e, por isso, é extremamente crítico em relação à ênfase dada aos estudos relacionados à pobreza em defini-la como carência material ou insuficiência de renda. Ele critica algumas abordagens comumente utilizadas no Brasil que relacionam a pobreza com diversas variáveis, mas, ao medi-la, limitam-se à renda, reduzindo a dimensão e complexidade do problema. Assim sendo, a pobreza poderia ser resolvida apenas com o realocamento de recursos já disponíveis, através da focalização nos pobres, o que é importante no seu combate, mas, por si só insuficiente e extremamente difícil. De acordo com Demo, é insuficiente porque pobreza não se resolve apenas com redistribuição de renda; e é extremamente difícil porque renda nunca está disponível. A redistribuição implica em atacar a desigualdade, em tirar de quem tem mais para dar a quem tem pouco ou nada; ou seja, “redistribuição não é função primeira da disponibilidade, mas de capacidade política de intervenção” (DEMO, 2003, p. 210).

Essas definições multidimensionais da pobreza colocam como desafio a mensuração deste fenômeno para a sua utilização como instrumento de acompanhamento e análise das políticas públicas. Autores como Barros et al (2006) e Kageyama e Hoffmann (2006) buscam superar estas dificuldades utilizando os dados disponíveis da PNAD.¹⁰ Barros et al (2006) propõem a utilização de um índice para o Brasil similar ao IPH,

⁹ “1. Aquele associado com determinação própria e *empowerment*; 2. aquele associado com o incremento da eficiência dos programas; 3. aquele que enfatiza o aprendizado mútuo”.

¹⁰ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

mas com a vantagem de poder ser calculado para cada família, o que não ocorre nos índices que buscam incorporar a multidimensionalidade da pobreza. Já Kayegama e Hoffmann (2006) buscam mensurar a pobreza no Brasil entre 1992-2004 por meio não apenas da renda, mas incorporando o acesso a água encanada, instalação sanitária e iluminação elétrica, que resultam na classificação de três grupos de pobres. Como destacado pelos autores, os grupos apresentaram comportamento distinto ao longo do período, revelando impactos distintos da economia e das políticas públicas a depender da forma de mensuração utilizada.

O estudo da pobreza em sua forma multidimensional também é o foco de importantes instituições de pesquisa sobre a pobreza, como pode ser observado no Centre for *Analysis of Social Exclusion* (CASE) da *London School of Economics* (LSE); no *Chronic Poverty Research Centre* (CPRC); no *Joseph Rowntree Foundation* (JRF); e no *United Nations Development Programm International Poverty Centre* (UNDP/IPC), que está sediado no Brasil em associação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).¹¹ Já o *Chronic Poverty Research Centre* enfatiza o que eles definiram de “pobreza crônica”.

Ao explicar a postura do CPRC, Hulme et al (2001) afirmam que na literatura há várias formas de distinguir entre os pobres aqueles que a sentem de forma mais profunda, entre elas ultrapobre, destituído, entre outros. Eles utilizam a expressão *chronically poor*, ou *chronic poverty*, para identificar aqueles cuja possibilidade de sair da pobreza é mais difícil.

O CPRC utiliza a concepção de pobreza multidimensional, mas aproveita e não nega a importância da abordagem monetária, pois esta permite comparação intertemporal e entre países e regiões é utilizada como guia para os formuladores de política, e permite ter uma visão inicial da

¹¹ Como citada na introdução, um passo relevante nesta direção foi a Conferência Internacional “As Muitas Dimensões da Pobreza”, realizada em agosto de 2005 em Brasília e organizada pelo Centro Internacional de Pobreza (CIP), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), IPEA, BID e pelo Departamento Internacional para o Desenvolvimento (DFID).

pobreza. Para estudos mais aprofundados (2001, p. 8) Hulme et al afirmam que a característica definidora da pobreza crônica é a duração. Se ela não for por um longo período, ela não é crônica. E se ela for crônica, ela é multidimensional e severa para aqueles que a sentem. Contudo, como ela é relativa, varia de uma sociedade para outra (2001, p. 10).

Segundo os autores, a questão de se definir qual seria este longo prazo é complicada, mas foi considerada pelo CPRC como um período de 5 anos, devido aos seguintes argumentos: (1) “5 anos é considerado um longo período para as diferentes culturas”; (2) “o ‘*gap*’ entre a coleta dos dados e a formação dos ‘*panel data*’ é de normalmente 5 anos”;¹² (3) estudos empíricos apontam que quem foi pobre por 5 ou mais anos tem muito pouca probabilidade de sair da pobreza (2001, p. 11). É considerado cronicamente pobre quem está usualmente (*usually*) ou sempre (*always*) no estado de pobreza. Também é importante para os estudos a relação entre a duração e a severidade da pobreza.

Assim, afirmam que é objeto de estudo principal do CPRC aqueles que são pobres em termos de duração e severidade (2001, p. 12). O combate à pobreza em uma dimensão pode não dar resultado se as outras dimensões no qual há privação não forem atingidas; a falta de “*basic securities*” torna difícil o pobre sair da pobreza crônica sem ajuda (2001, p. 20), principalmente pelo fato da existência de várias causas não excludentes para a pobreza crônica (econômicas, sociais, políticas e ambientais), como pode ser observado no quadro 1 a seguir (2001, p. 23).

Essas causas podem ser entendidas não somente como da pobreza crônica, mas da pobreza como um conceito mais amplo que o apresentado pelo CPRC. Uma causa caracterizada na tabela acima como social é a desigualdade, que vem sendo apontada como a grande “vilã” da existência e da persistência da pobreza em todo o mundo, principalmente no Brasil.

¹² Tradução nossa.

Quadro 1 - Causas da pobreza crônica

Econômica	Baixa Produtividade Falta de Perícia Políticas Econômicas Inadequadas Choques Econômicos Termos de Comércio Atraso Tecnológico/Falta de pesquisa e desenvolvimento. Globalização
Social	Discriminação (gênero, idade, etnicidade, casta, raça, "impairment") Alta fertilidade e proporção de dependentes Saúde ruim, Aids Desigualdade Falta de confiança/capital intelectual Cultura da pobreza
Política	Má Governança Insegurança Conflitos Dominação regional/"global superpowers" Globalização
Meio Ambiente	Baixa qualidade dos recursos naturais Degradação do meio ambiente Desastres (Inundação, seca, terremotos, etc) "Remoteness" e falta de acesso Propensão a doenças ("Os trópicos")

Fonte: Hulme et al, 2001, p. 23

4. Conclusão

Ao longo das últimas décadas mudou-se o foco da pobreza da insuficiência de renda para uma abordagem mais multidimensional. Esta pode referir-se à inclusão de outras dimensões, além da renda, a mudança na percepção acerca da importância daquelas dimensões, como ocorre na abordagem das capacidades, ou à inclusão de dimensões antes consideradas subjetivas demais ou não consideradas pelas agências internacionais ou organismos governamentais, como a identidade e a autonomia.

Ao se passar de uma definição mais restrita para outra mais ampla, não se está rejeitando os aspectos levantados na anterior, mas ressaltando outros elementos ou formas de percepção não contempladas e que trarão conseqüências no momento da análise da pobreza. Essas mudanças se referem, por exemplo, forma pela qual a pobreza é mensurada ao longo de

um determinado período, levando a distorções ou avaliações equivocadas sobre a evolução e o comportamento deste objeto ao longo do tempo. O problema é que serão estas as análises utilizadas na formulação e avaliação das políticas utilizadas e que terão prosseguimento.

Ainda que haja discordância em qual seria a forma mais adequada de mensuração, há pouco desacordo acerca da necessidade de se conceber a pobreza como algo além da renda, como se procurou demonstrar ao longo deste trabalho. Mesmo as críticas se referem ao risco de ao empregá-la (a pobreza de forma mais ampla) substituir outros conceitos relevantes no debate social, mas não da sua adequação em descrever a complexidade da realidade. Um consenso sobre qual seria a definição da pobreza é impossível, dado o seu caráter subjetivo e complexo, mas isso não impede que o tema seja explorado com o objetivo de melhor o entender, mensurar e combatê-lo.

Referências

- BAJOIT, Guy. Olhares sociológicos, imagens da pobreza e concepções de trabalho social. *Caderno CRH*, Salvador, v. 40, n. 17, p. 49-54, jan./abr. 2004.
- BARROS, Ricardo P.; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. *Pobreza Multidimensional no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Texto para discussão n. 1227. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> .
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998. 611p.
- CODES, Ana Luiza M. *Modelagem de Equações Estruturais: uma Contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza*. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- COSTA, Michele. *A comparison between unidimensional and multidimensional approaches to the measurement of poverty*. IRISS Working paper series, 2002a, CEPS/INSTEAD, Differdange, G. D. Luxemburgo. 13 p. Disponível em: <<http://www.ceps.lu/iriss>>. Acesso em: 15 mai. 2005.
- COSTA, Michele. A multidimensional approach to the measurement of poverty. IRISS

Working paper series, 2002b, CEPS/INSTEAD, Differdange, G.D. Luxemburgo. 16p. Disponível em: <<http://www.ceps.lu/iriss>>. Acesso em: 15 mai. 2005.

DEMO, Pedro. *Pobreza da Pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. *Pobreza e Desigualdade no Brasil: do Discurso Hegemônico e Medição Espúria às Raízes da Questão*. Pobreza e Desigualdades Sociais. Salvador: SEI, 2002, p. 85 -115.

HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998.

HULME, David; MOORE, Karen; SHEPHERD, Andrew. Chronic Poverty: meanings and analytical frameworks. CPRC *Working Paper*, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.chronicpoverty.org/>>. Acesso em: 07 set. 2005.

KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 1, n.15, p. 79-112, jan./jun. 2006.

LADERCHI, Caterina R.; SAITH, Ruhi e STEWART, Frances. Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. *Queen Elizabeth House Working Paper*, Series n. 107, 2003. Disponível em: <<http://www2.qeh.ox.ac.uk/research/wpaction.html>>. Acesso em: 15 ago. 2004.

MALTHUS, Thomas R. *Ensaio sobre a população*. Tradução de Antonio Alves Cury. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas)

PAUGAM, Serge. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. Tradução de Camila Giorgetti e Tereza Lourenço. São Paulo: Educ; Cortez, 2003.

POLANYI, Karl. *A grande transformação – As origens da nossa época*. 4. ed. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349 p.

RAVALLION, Martin. Issues in measuring and modeling poverty. *Policy Research Working Paper*, n. 1615, jun. 1996. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 03 jan. 2003.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Tradução de Paulo H. R. Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Cap. 16 e 18).

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. *Pobrezas e desigualdades no 3º mundo*. São Paulo: Nobel, 1997.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Tradução de Ricardo D. Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

SZELES, Mônica. Multidimensional poverty comparisons within Europe. *Working Paper*, series n. 2004-5, 2004. Disponível em: <<http://www.ceps.lu/iriss>>. Acesso em: 15 mai. 2005.

VERAS, Maura B. Prefácio à edição brasileira. In: PAUGAM, Serge. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. Tradução de Camila Giorgetti e Tereza Lourenço. São Paulo: Educ; Cortez, 2003.

WORLD BANK. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001 – Luta contra a pobreza. 2001**. Panorama Geral. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 25 nov. 2002.

WORLD BANK. *Voices of the poor*. Disponível em: <<http://www1.worldbank.org/prem/poverty/voices>>. Acesso em: 28 out. 2004.